

# QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA COM O GASTO PÚBLICO

O povo brasileiro enfrenta enormes dificuldades: desemprego crescente, insegurança alimentar, fome e empobrecimento. Não deveria ser assim, pois o Brasil é a 12ª maior potência econômica mundial, tem enormes riquezas e potencialidades naturais e muito dinheiro: mais de quatro trilhões de reais em caixa há vários anos!

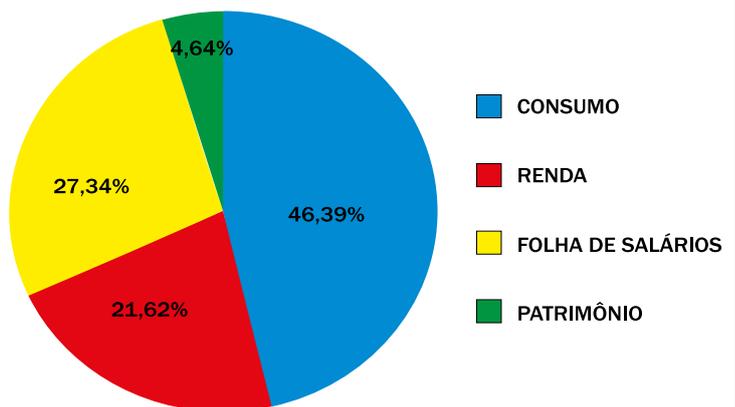
O problema do Brasil é a má distribuição dos recursos entre os diversos setores da população e também entre os entes federados.

**Quem financia o Estado:** A classe trabalhadora, os mais pobres e os pequenos negócios são os que mais financiam o Estado brasileiro. As grandes empresas e corporações empresariais (agronegócio de exportação, mineração) e financeiras (bancos) pouco contribuem para o financiamento do Estado, pois além de usufruírem de vários benefícios tributários e creditícios, repassam o ônus tributário para os preços de seus produtos e, quando autuadas, impetram as intermináveis ações judiciais para evitar o pagamento do tributo exigido.

**Distorção no financiamento do Estado:** Os orçamentos públicos são alimentados principalmente por tributos que incidem sobre o consumo (46,39%),

que pesam mais sobre os mais pobres. Em seguida, temos os tributos que pesam sobre a classe trabalhadora (27,34%). Os tributos sobre a renda (21,62%) incluem tanto a renda de pessoas físicas como das empresas. Os impostos sobre o patrimônio (propriedades rurais, latifúndios, imóveis urbanos, veículos) contribuem com apenas 4,64% da arrecadação total.

**Tributos por Base de Incidência - Total: R\$ 2.291 bilhões**  
**Carga Tributária em 2018: 33,26% do PIB**  
**Inclui esferas Federal, Estadual e Municipal**



Fonte: [http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2018-publicacao-v5.pdf/view/Tabela\\_INC-3\\_p.24-26](http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2018-publicacao-v5.pdf/view/Tabela_INC-3_p.24-26)  
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida  
Nota 1: O item "Tributos sobre Transações Financeiras", que se refere principalmente ao IOF, foi incluído na tributação sobre o consumo, pois o IOF incide sobre operações de crédito, seguros, compras com cartão de crédito, dentre outras transações de consumo.  
Nota 2: O item "Outros Tributos" representa 0,01% do total e não foi incluído no gráfico por impossibilidade de representação gráfica.

Os orçamentos públicos são alimentados também por receitas financeiras (principalmente emissão de títulos públicos na esfera federal), empréstimos e outras modalidades de operações de crédito; receitas patrimoniais e comerciais, advindas da exploração de empresas estatais por exemplo.

Dentre as operações de crédito, chamamos a atenção para a modalidade de "Securitização de Créditos Públicos" que tem sido implantada em diversos entes federados, e que funciona como um consignado de recursos públicos, subtraindo e desviando o dinheiro arrecadado de contribuintes antes que este alcance os cofres públicos!

O **modelo tributário regressivo**, juntamente com a **política monetária suicida** praticada pelo Banco Central,

o **Sistema da Dívida** e o modelo de **exploração extrativista irresponsável** para com as pessoas e o ambiente, são os principais eixos do modelo econômico errado que atua no Brasil. Esse modelo concentra cada vez mais a renda, ao mesmo tempo em que agrava a desigualdade social, os danos ambientais, além de produzir crises que têm servido de justificativa para medidas que agravam as injustiças sociais e o atraso do país em todos os aspectos, levando-nos ao avesso do que poderíamos ser.

Esse modelo é insustentável! Precisamos de outro modelo econômico que garanta vida digna para todas as pessoas, respeite o ambiente e promova o nosso desenvolvimento socioeconômico de forma justa e equilibrada.

Para isso, esses 4 eixos terão que ser completamente modificados.

**Quem se beneficia:** O maior volume de recursos na esfera federal é consumido com o Sistema da Dívida e os gastos da política monetária do Banco Central, beneficiando principalmente os bancos e grandes rentistas.

Mesmo em ano de pandemia, os gastos com a dívida pública federal foram os que mais cresceram.

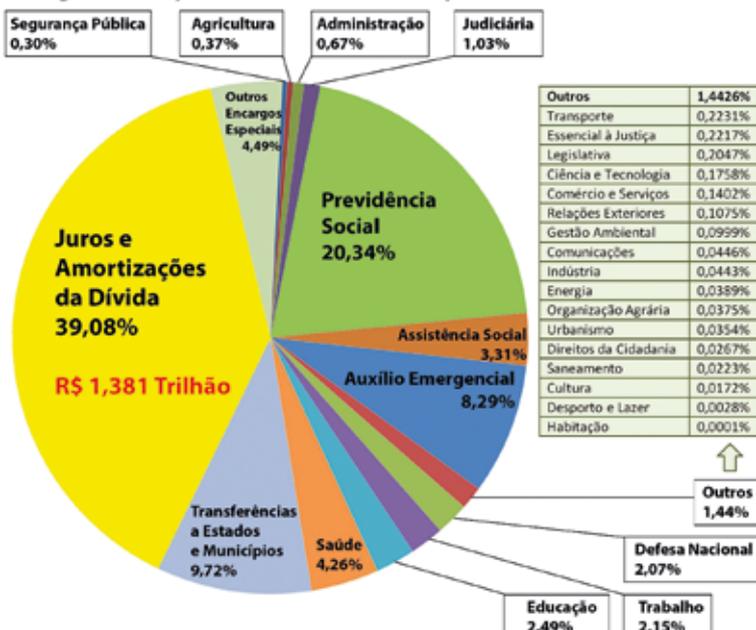
Todo sacrifício social e econômico que temos feito ao longo dos anos para pagar a dívida pública federal tem alimentado exclusivamente a própria dívida, que **não tem contrapartida em investimentos para o país**, como afirmou o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) em audiência pública no Senado.

Durante 20 anos, produzimos cerca de R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário, ou seja, arrecadamos R\$ 1 trilhão a mais do que gastamos com toda a estrutura do Estado e serviços públicos (1995 a 2015), e, no mesmo período, a dívida interna federal aumentou de R\$ 86 bilhões para quase R\$ 4 trilhões, e seguiu crescendo, pois o que tem feito a dívida crescer não são os gastos primários, mas sim os **mecanismos de política monetária do Banco Central, onde está de fato localizado o déficit das contas públicas**.

Assim, a chamada dívida pública cresce de forma absurda sem contrapartida em investimentos, por isso, é fundamental investigar as origens do endividamento de todos os entes federados, por meio de **auditoria da dívida** com participação social.

Os grandes negócios recebem muito do Estado e são os mais privilegiados com os recursos do BNDES.

**Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES**  
Inclui gastos do "Orçamento de Guerra" autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



Fonte: [https://www1.sioop.planejamento.gov.br/QuvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orçamentaria.qvw](https://www1.sioop.planejamento.gov.br/QuvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orçamentaria.qvw)  
Nota: Consultar em 15/11/2021. Orçamento Fiscal do Supraorçamento Social Anual e chamado "Orçamento de Guerra", aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com detalhamento das Funções "Encargos Especiais" e "Assistência Social", cada parâmetro sendo detalhado de acordo com a natureza da despesa. A Função "Encargos Especiais" foi detalhada em "Juros e Amortizações da Dívida" (R\$ 2,4 bil) "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0000) e "Outros Encargos Especiais" (compartilhado por natureza de gastos de R\$ 100 bilhões com o componente de Serviços Judiciais, e gastos de R\$ 18 bilhões com gastos relacionados aos bancos no âmbito do PROPARPE, no valor de R\$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a bancos, empresas e outras empresas). A Função "Assistência Social" foi detalhada por natureza de gastos no âmbito do "Auxílio Emergencial" (montado separadamente no gráfico).

**Distorção na distribuição dos recursos:** A esfera federal fica com a maior parcela dos tributos pagos pela população. Define e impõe aos Estados e municípios um modelo que impede o desenvolvimento socioeconômico e aprofunda as desigualdades sociais, regionais e fere os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. O Fundo de Participação repassado pela União aos Estados e Municípios não corrige essa distorção.

Carga Tributária por Ente Federativo

Entidade Federativa	2018			2019			Variação			
	Arrecadação [R\$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R\$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R\$ milhões] Nominal	Real <sup>(1)</sup>	p.p. do PIB	p.p. da Arrecad.
União	1.547.402,45	22,46%	67,53%	1.614.740,49	22,25%	67,05%	67.338,03	3.054,60	-0,21	-0,48
Estados	593.382,08	8,61%	25,90%	629.125,48	8,67%	26,12%	35.743,40	11.092,65	0,06	0,23
Municípios	150.622,55	2,19%	6,57%	164.530,53	2,27%	6,83%	13.907,98	7.650,70	0,08	0,26
Total	2.291.407,08	33,26%	100,00%	2.408.396,50	33,19%	100,00%	116.989,41	21.797,94	-0,07	0,00

Essa é apenas uma amostra do diagnóstico realizado pelo **Observatório de Finanças e Economia de Francisco e Clara da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP)**. Acesse o resumo "ANÁLISE DO FLUXO DE RECURSOS NA ESFERA PÚBLICA: QUEM FINANCIAM O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA" e saiba mais em [www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br) e <https://justicapaz.org>



**PARTICIPE DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA**

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar - Brasília/DF - CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil

■ Telefone: (61) 2193-9731 ■ E-mail: [contato@auditoriacidada.org.br](mailto:contato@auditoriacidada.org.br) ■ <http://www.auditoriacidada.org.br/>

Estamos também nas Redes Sociais:



SETEMBRO/ 2021